MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

RECURSO DE OFÍCIO NA REPRESENTAÇÃO Nº 89/92

Representante: SINDICATO RURAL DE LINS
Advogado: NIHIL
Representada: QUIMIO PRODUTOS QUÍMICOS COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.
Advogado: CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Relator: CONSELHEIRO ANTONIO FONSECA

EMENTA

AUMENTO EXCESSIVO OU INJUSTIFICADO DE PREÇOS SOB CONTROLE DO GOVERNO. SETOR RURAL (VACINA CONTRA FEBRE AFTOSA). COMPETÊNCIA DO CADE. OBJETIVIDADE DA INVESTIGAÇÃO. 1. O CADE é em tese competente para apreciar queixa de aumento excessivo ou injustificado de preço, ainda que este esteja sob controle do governo. O controle oficial não exclui a possibilidade de excesso. 2. Falta de objetividade da investigação, seja pela evolução dos preços de mercado, seja à míngua de elementos conclusivos quanto à denúncia de cartel e de abuso de preços. 3. Manutenção do arquivamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, na conformidade dos votos e das notas eletrônicas, o Plenário do CADE acorda, por unanimidade, negar provimento ao recurso de ofício para confirmar o arquivamento. Além do Presidente e do Relator, participaram do julgamento os Conselheiros Leônidas Rangel Xausa, Renaut de Freitas Castro, Lúcia Helena Salgado e Silva Paulo Dyrceu Pinheiro e Arthur Barrionuevo Filho Brasília, 18 de junho de 1997 (data do julgamento).

Antonio Fonseca
Relator
Gesner Oliveira
Presidente

RELATÓRIO

Decisão recorrida e conteúdo da Representação

Introdução

1. Recurso de Ofício de decisão de fl. 243 que arquivou Representação decorrente de denúncia formulada em fevereiro de 92, relativa à majoração excessiva de preços praticados pelos laboratórios fabricantes de vacina contra a febre aftosa e formação de cartel. O arquivamento se deu por entender a SDE, já haver jurisprudência firmada pelo CADE, de serem ambos incompetentes para julgar feitos de política de controle de preços.

Representação

2. Representação de denúncia formulada, por correspondência, pelo Sindicato rural de Lins/SP ao DNPDE, contra a majoração excessiva de preços da vacina para a febre aftosa, praticado pelos laboratórios fabricantes, bem como pela formação de cartel.

Promoção da averiguação e Instrução

3. O Representante acusa os laboratórios de terem aumentado os preços de seus produtos, em outubro de 91 e fevereiro de 92, por cerca de 550% (quinhentos e cinquenta por cento), e, refere-se a um acordo feito entre os laboratórios para manterem os preços iguais, visando à formação de cartel (fls. 9/10).

4. A SNDE solicitou informações ao Sindicato sobre a relação dos fabricantes e nomes dos produtos. Enviou correspondência ao laboratório Químio para que respondesse aos termos da denúncia. Obteve resposta às fls. 11/16. Mais informações foram solicitadas pela SNDE às fls. 17/18

5. Através de Fax, a SNDE pediu várias informações (fls. 17/18) ao Serviço de Controle de Produtos Veterinários - SCPV. Às fls. 19/29 foram fornecidas as respostas. Surgiram outras denúncias.

6. O Sindicato Rural de Presidente Prudente informou à fl. 82, ter havido acordo entre as partes interessadas com relação ao preço da vacina, comprometendo-se os laboratórios a abastecer o mercado com o produto, ao preço de 0,40 por dose, em pequenas quantidades, e até US\$0,42 por dose, em pequenas quantidades, para produto entregue ao revendedor.

Decisão da SDE

7. A SDE/DPDE, por sua coordenadora, analisou a denúncia e pediu mais esclarecimentos sobre a possível formação de cartel (fls. 86/107). O laboratório respondeu às fls. 113/120, trazendo a informação de que a Químio Produtos Químicos Comércio e Indústria S.A, foi incorporada pela Laboratórios Silva Araújo Roussel S.A.. A assessora da CGTAE solicitou informações sobre a diferença entre o preço de fábrica (custo) e o preço informado, a quantidade produzida e a quantidade vendida das vacinas, no período jan/91 a ago/94. O laboratório respondeu às fls. 135/139.

8. O Ministério Público Federal requisitou informações a respeito do caso e as medidas adotadas contra o possível aumento, tendo em vista a abertura de inquérito civil para apurar esses fatos. (fls.144/147). Resposta ao MPF à fl. 149.

9. Em Nota Técnica, a SDE/DPDE/MJ chegou a conclusão de não ter havido formação de cartel. Justificou que o aumento excessivo das vacinas, apesar de ter ocorrido, deveu-se ao controle governamental sofrido pelo mercado, à época. Citou leis, portarias e resoluções usadas pelo governo visando o controle de preços. Finalizou, referindo-se à fase de vacinação (início do ano) durante à qual, o Governo exerceu um rígido controle sobre os preços, acarretando, em consequência, distorções em diversos segmentos da Economia Nacional. Sugeriu, assim, o arquivamento da Representação, por insuficiência de indícios de infração à ordem econômica (fls. 152/173)

10. À fl. 239, a Coordenadora da SDE/MJ, ratificou os termos da nota Técnica analisada, e acrescentou que, em função de jurisprudência já firmada pelo CADE em procedimentos análogos, aquele colegiado afirmou sua incompetência, bem como da SDE, para tratar de efeitos de Política de Controle de Preços.

11. O referido despacho foi acolhido pelo Diretor-Substituto, concordando com o arquivamento da representação (fl.240), o que, também, foi acatado na íntegra pela Secretária de Direito Econômico à fl. 243.

Parecer da Procuradoria

12. A Procuradoria do CADE às fls. 255/261, entendeu não ter havido imposição de preços abusivos, dada a “automicidade do mercado relevante de vacinas”. No que se refere a formação de cartel, aduziu não está caracterizada a prática de preços uniformes capaz de gerar esse cartel, não havendo, assim, violação à Lei Antitruste. Acrescentou que a matéria sob análise, já foi objeto de julgamento pelo CADE Pediu a manutenção do arquivamento da representação e sugeriu a redistribuição das representações ali mencionadas, para um mesmo conselheiro, tendo em vista a identidade da matéria.

É o relatório.

Voto

SENHOR CONSELHEIRO ANTONIO FONSECA:

1. Cuida-se de Representação formulada em fevereiro de 92. Duas acusações foram apresentadas: formação de cartel e possível aumento excessivo, i.e., acima do patamar inflacionário da época, no preço das vacinas contra a febre aftosa praticado pelos laboratórios que as fabricam. Várias outras representações foram formuladas pelo mesmo Sindicato Rural de Lins, formando-se procedimentos distintos que tiveram a mesma sorte: arquivamento por incompetência do CADE e, no mérito, falta de prova das queixas.
2. O Plenário já decidiu que o CADE é competente para apreciar questões sobre aumento excessivo ou injustificado de preços, ainda que controlados pelo governo no uso de sua competência constitucional e legal. Na hipótese, o controle oficial tem como referência um parâmetro previamente fixado. Se o aumento não observou o referencial, que tem como fonte a lei e outras normas derivadas, o excesso pode estar caracterizado. Em outros termos, o controle oficial não exclui a possibilidade de excesso. A questão do domínio de mercado é desconsiderado, visto que este é reflexo do monopólio legal conferido à entidade estatal.
3. No mérito, as acusações de aumento excessivo ou injustificado e formação de cartel não ficaram comprovadas. Houve uma variação de preços justificada pelo incremento dos custos de produção os quais teriam provocado um realinhamento dos mesmos preços. Quanto à ação concertada, se existia, era praticada com o abono dos órgãos do Governo, o que é possível. No entanto, não há elementos conclusivos. Isto se aplica também à alegação de abuso de preços.
4. No mais, é preciso ver que as práticas indicadas, se ocorridas, tiveram lugar no início do ano de 1992, época das denúncias feitas sob a vigência da Lei nº 8.158/91. A alteração do padrão monetário e a evolução do quadro inflacionário determinam o esvaziamento do objeto das acusações, a respeito das quais a instrução sequer conseguiu apontar os infratores. Esta conclusão foi afirmada também em precedente que se viu julgado por este Plenário, i.e.,

Representação nº 92/92, decisão publicado no DOU-I de 10/03/97, p.4.472, mesmo Relator.

5. Do exposto, nego, pois, provimento ao recurso de ofício para confirmar o arquivamento.

É o voto.